

IV SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS
DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

V SIDETEG

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE
IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA



11 A 14 DE NOVEMBRO DE 2024

PROMOTORES:



Sessão Temática ST3: Políticas públicas, dinâmicas demográficas e planejamento urbano e regional

ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: UM OLHAR PARA AS INTERSECCIONALIDADES QUE AFETAM AS MULHERES INDÍGENAS

ANÁLISIS DE POLÍTICAS DE SALUD PÚBLICA: UNA MIRADA A LAS
INTERSECCIONALIDADES QUE AFECTAN A LAS MUJERES INDÍGENAS

ANALYSIS OF PUBLIC HEALTH POLICIES: A LOOK AT THE INTERSECTIONALITIES THAT
AFFECT INDIGENOUS WOMEN

Patrícia De Carli¹, Airton Adelar Mueller²

¹ Doutora em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR Unijuí. Estágio pós-doutoral em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR Unijuí (em andamento). Assessora Jurídica da Procuradoria Setorial junto a Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul.

² Professor e pesquisador nos Programas de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional (PPGDR) e Educação nas Ciências (PPGEC) na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), Brasil. Doutor em Sociologia pela Freie Universität Berlin, Alemanha (2015). Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2.

Palavras-chave: Gênero. Interseccionalidade. Mulheres indígenas. Políticas Públicas de Saúde.

Palabras clave: Género. Interseccionalidad. Mujeres indígenas. Políticas de Salud Pública.

Keywords: Gender. Intersectionality. Indigenous women. Public Health Policies.

INTRODUÇÃO

Partindo da compreensão de Celina de Souza (2006) de que políticas públicas são escolhas, mediadas por ecos dos debates que circundam a esfera pública e por correlação de forças e ideias que se colocam em conflito em dada sociedade e período histórico, é possível perceber que o processo de formulação de políticas públicas universais e de amplo alcance, por vezes, pode desconsiderar aspectos centrais da sociedade complexa contemporânea. Aspectos, esses, que impactam diretamente na possibilidade de implementação de políticas públicas que atentem para a justiça social. Nesse sentido, surge a percepção de que políticas públicas também podem produzir ou reproduzir desigualdades sociais (MEDEIROS, 2019).

Assim, buscando compreender como políticas públicas podem operar na produção e reprodução de marcadores da desigualdade social, em uma lógica que possa avançar para um olhar com ganhos de complexidade para as propostas de análise de políticas públicas já existentes, a interseccionalidade se apresenta como uma potente ferramenta de análise (MEDEIROS, 2019).

Embora a ideia da interseccionalidade esteja ancorada em uma lógica inclusiva e complexa o que a faz, em certa medida, colidir com a natureza padronizada e simplificadora de definição

IV SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS
DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

V SIDETEG

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE
IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA



11 A 14 DE NOVEMBRO DE 2024

PROMOTORES:



PARCEIROS:



APÓIO:



de políticas públicas de ampla abrangência, a sua incorporação ao campo de análise das políticas públicas parte da ideia de que o conceito representa um potencial paradigma de pesquisa, seja no que se refere à perspectiva metodológica quanto como modelo analítico, na medida em que permite aprofundar análises de campos de políticas específicas em contextos de desigualdades múltiplas e persistentes (MEDEIROS, 2019).

Logo, a partir das construções teóricas que se originam no campo dos movimentos feministas, sobretudo, do *Black Feminism* e ganham visibilidade com a obra de Kimberlé W. Crenshaw (1989), pretende-se desenvolver uma ferramenta de análise interseccional que aponte para a correção de políticas públicas de saúde que podem, eventualmente, promover ou reproduzir iniquidades.

Nesse sentido, a proposta da pesquisa busca fazer uma análise das políticas públicas de saúde, como foco nas experiências vivenciadas pelas mulheres indígenas, a partir de uma abordagem que contemple a decolonização do olhar sobre o tema, percebendo como ocorre a eventual reprodução dos marcadores de desigualdade por meio das políticas públicas e da abordagem da rede de saúde existentes.

O objetivo do estudo consiste em desenvolver ferramentas de análise interseccional que estimulem a justiça social e igualdade de gênero no âmbito das políticas públicas de saúde, como foco nas experiências vivenciadas pelas mulheres indígenas. Assim, tendo como percurso metodológico a hermenêutica de profundidade, os objetivos específicos para tanto, contemplarão análise sócio-histórica construída a partir das categorias “mulher” e “indígena”; análise do conteúdo do texto normativo de políticas públicas de saúde da mulher; e, interpretação e reinterpretação das políticas públicas de saúde da mulher a partir da construção de uma matriz interseccional para a análise *ex post* de políticas públicas.

A escolha do tema parte da compreensão de que no Brasil existem profundas lacunas de desigualdade que afetam e impactam o poder de agência das mulheres (Sen, 2000), entretanto, essa desigualdade é ainda mais acentuada quando se trata de mulheres indígenas. O reconhecimento e a ampliação dos espaços de fala das mulheres indígenas são fundamentais na construção de garantias de igualdade de gênero, preservação da cultura, do meio ambiente e da biodiversidade. Assim, perceber as interseccionalidades que afetam as mulheres indígenas é essencial para garantir um futuro, que diante de eventos climáticos extremos, necessita cada vez mais de olhares ancestrais e feministas.

METODOLOGIA

De natureza qualitativa, a presente pesquisa emprega a perspectiva interseccional para estabelecer parâmetros relativos a seu uso teórico e metodológico no estudo de desigualdades. A pesquisa qualitativa é essencialmente interpretativa, isso significa que o pesquisador realiza uma interpretação dos elementos, o que inclui a descrição de um cenário, análise de dados para identificar temas ou categorias, a partir dos quais surgem conclusões sobre o seu significado e mais perguntas a serem feitas. O filtro aplicado sobre os dados e constatações parte de uma lente que considera um momento sociopolítico e histórico determinado. Logo, a pesquisa qualitativa pode ser considerada emergente, uma vez que o padrão geral de entendimento surge

IV SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

V SIDETEG

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA



11 A 14 DE NOVEMBRO DE 2024

PROMOTORES:



PARCEIROS:



APÓIO:



à medida que ela começa com códigos iniciais e resulta em uma teoria baseada na realidade e na interpretação ampla (CRESWELL, 2007).

O presente tópico tem por propósito detalhar os procedimentos metodológicos que contribuem para a organização deste projeto. Para tanto, inclui a indicação e justificação do paradigma que orienta o estudo, as etapas de desenvolvimento da pesquisa, a descrição do contexto, os sujeitos participantes, os procedimentos e o instrumental de coleta e análise de dados (ALVES-MAZZOTTI, 2004).

Para fins de realização desta pesquisa adotar-se-á o paradigma da teoria crítica. A teoria crítica contempla a análise rigorosa da argumentação e do método, na medida em que tem por foco uma consistência lógica entre argumentos, procedimentos e linguagem, sempre considerando que as regras e padrões da metodologia científica são historicamente construídos e vinculados a valores sociais e relações políticas, que, frequentemente, podem ser omitidos pelo discurso (ALVES-MAZZOTTI, 2004). No tocante aos procedimentos técnicos adotados, o estudo será composto por pesquisa bibliográfica e análise documental.

A Hermenêutica de Profundidade, desenvolvida pelo sociólogo e professor britânico John B. Thompson, se constitui como um referencial teórico-metodológico relevante para o desenvolvimento de investigações sociais que tenham por característica uma metodologia qualitativa e interpretativa, uma vez que inclui formas de análise que ao se complementarem entre si constituem um processo interpretativo complexo. A referida proposta possui uma perspectiva metodológica menos descritiva e mais analítica e interpretativa e parte do pressuposto de que a análise social deve ser considerada como uma interpretação por parte dos sujeitos que vivem a realidade, cabendo ao cientista social realizar uma prática de reinterpretação para compreender e explicar a realidade (PREDIGER; SCHERER; ALLEBRANDT, 2018; ALLEBRANDT, PREDIGER, 2018).

Thompson (2011) alerta que a Hermenêutica de Profundidade enquanto referencial metodológico amplo compreende três fases que devem ser percebidas como dimensões analiticamente distintas de um processo interpretativo complexo e não como estágios separados de um método sequencial. Assim, para além da interpretação da doxa, as demais fases podem ser descritas como análise sócio-histórica, análise formal discursiva e interpretação/reinterpretação.

A análise sócio-histórica tem por objetivo reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas (THOMPSON, 2011). Nessa fase, objetiva-se entender os contextos relacionados com as formas simbólicas presentes no objeto de análise.

Na fase da análise formal ou discursiva, parte-se do pressuposto de que os objetos e expressões que circulam nos campos sociais, por meio dos quais se estabelecem as relações, são construções que apresentam uma estrutura articulada, que por intermédio da sua análise se torna possível compreender como o sentido opera. Thompson adverte que essa fase não deve ser discutida de forma isolada da análise sócio-histórica e da interpretação. Assim como na fase anterior existem diversas abordagens que podem ser utilizadas como a análise semiótica, análise da conversação, análise sintática, análise narrativa, análise argumentativa, análise de discurso



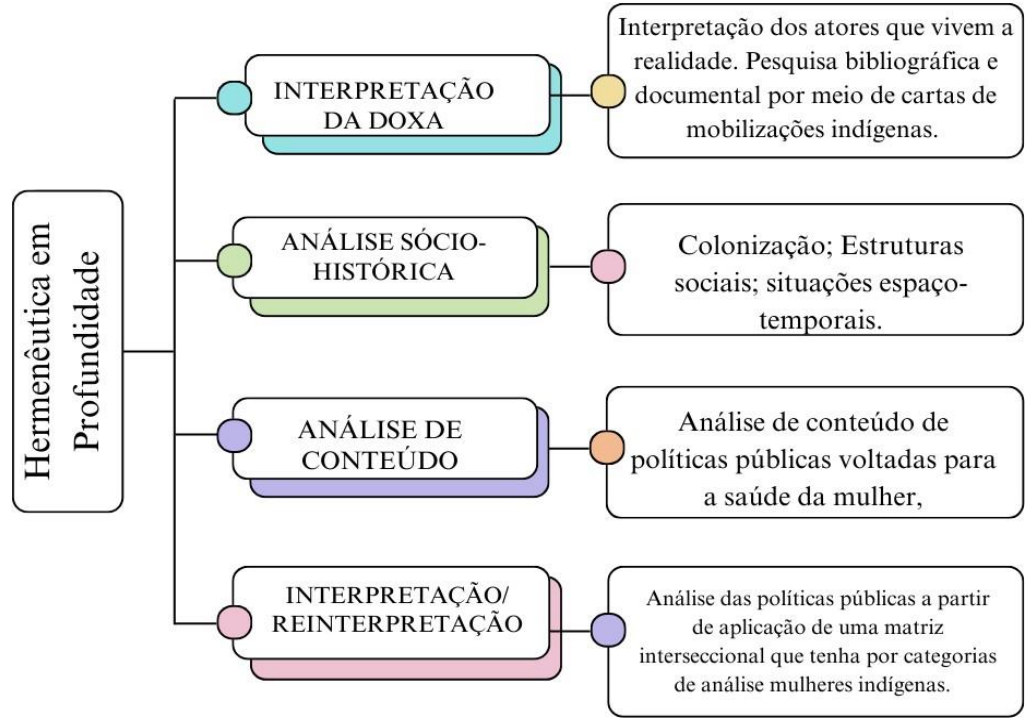
e até mesmo a análise de discurso crítica, sendo que a melhor escolha será norteada pela demanda do pesquisador ou objeto a ser investigado (THOMPSON, 2011; VERONESE; GUARESCHI, 2006; PREDIGER; SCHERER; ALLEBRANDT, 2018).

Por fim, na fase da interpretação/reinterpretação, se dá o movimento de síntese e construção de significados de sentido emancipatório. A interlocução entre as três etapas, segundo Thompson, é relevante no sentido de que se evite o reducionismo, enquanto falsa ideia de que se pode analisar e conhecer um objeto apenas em função das condições sócio-históricas, e o internalismo, enquanto falácia que julga possível realizar uma análise sem que se faça referência ao contexto social e histórico (THOMPSON, 2011; VERONESE; GUARESCHI, 2006; PREDIGER; SCHERER; ALLEBRANDT, 2018).

Neste ponto, objetiva-se realizar a análise *ex post* de Políticas Públicas de Saúde da mulher, por meio de uma lente que aplica ao texto normativo um olhar interseccional, que busca a compreensão da produção/reprodução de iniquidades em saúde em território indígenas a partir da compreensão dos sujeitos e das suas realidades sociais. Para tanto, será desenvolvida matriz de análise interseccional.

A análise *ex post* compreende um conjunto de metodologias de avaliação aplicadas quando a política já está em andamento ou foi finalizada. Esse processo pode responder a diversas perguntas e as metodologias aplicadas dependerão de quais questões se tem interesse em responder. Podendo envolver desenho, processos, resultados ou custos de uma política (BRASIL, 2018; LACERDA, 2018).

Figura 1- Desenho da pesquisa



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

IV SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS
DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

V SIDETEG

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE
IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA



11 A 14 DE NOVEMBRO DE 2024

PROMOTORES:



PARCEIROS:



APÓIO:



DESENVOLVIMENTO

A percepção acerca do necessário rompimento com as epistemologias eurocêntricas e a busca por uma categorização crítica do ocidentalismo que tenha seu locus na América Latina, são os elementos que sustentam o pensamento decolonial. Logo, a partir da compreensão de que o fim do colonialismo não interrompeu às relações de colonialidade é que o pensamento decolonial busca denunciar a continuidade de processos de dominação e desvelar situações que foram assimiladas e invisibilizadas, incorporando aos debates o pensamento subalternizado (BALLESTRIN, 2013).

Pensar decolonialmente se apresenta, portanto, como uma opção de enfrentamento à lógica colonial e impacta em um desprendimento das bases de conhecimento que colocam a Europa no centro de tudo aquilo que se compreende como desejável e sinônimo de moderno e desenvolvido, dando voz a silêncios produzidos por um modelo de saber e conhecer pautado pelo imperialismo (GROSFOGUEL; MIGNOLO, 2008).

No que diz respeito à interferência da matriz colonial a esferas inter-relacionadas com a organização social da América Latina, merece destaque o controle de gênero e da sexualidade com a intenção de garantir e se conformar ao controle da economia e da autoridade. Nesse sentido, a moralidade cristã, a ideia de família e a superioridade patriarcal foram impostas. A subjugação da mulher e as desigualdades de gênero, foram ainda atravessados pelo racismo e por uma classificação das mulheres negras e indígenas como seres inferiores em uma hierarquia que estabelece padrões de humanidade com foco no preconceito, na violência e na opressão (FERNANDES, 2019).

Ao perceber como a matriz colonial impacta na percepção de mundo e na ideia de desenvolvimento, se torna claro que no exercício da busca pela efetivação do direito à saúde as políticas públicas também podem operar na produção ou reprodução de iniquidades. Motivo pelo qual, no âmbito da saúde da mulher em que as políticas acabam focando na saúde reprodutiva, em uma visão da mulher enquanto útero, minimizando processos complexos e multifacetados que se originam a partir das estruturas da sociedade e que impactam na determinação do adoecimento, um olhar interseccional, que contemple múltiplos marcadores da desigualdade é necessário para uma avaliação do alcance das políticas públicas na produção da justiça social e de gênero.

A interseccionalidade busca estabelecer uma ponte entre as vivências práticas das mulheres e como uma política pública prevê esses problemas. Abordando diferenças inseridas na diferença. A prática dos direitos humanos no campo de gênero foi desenvolvida sem a percepção de que as mulheres vivenciam situações de violação de direitos humanos que nem sempre se assemelham às situações vivenciadas por homens. Do mesmo modo, mulheres que acumulam marcadores sociais da desigualdade experimentam discriminações de gênero que outras mulheres frequentemente não experimentam. Motivo pelo qual a abordagem interseccional sobre o tema da saúde da mulher indígena se torna tão relevante (CRENSHAW, 2002).

IV SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS
DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

V SIDETEG

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE
IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA



11 A 14 DE NOVEMBRO DE 2024

PROMOTORES:



PARCEIROS:



APÓIO:



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a ocupação do território brasileiro por povos europeus, a população indígena se encontra em uma luta permanente pela possibilidade de existir, assegurar seus costumes e cultura e promover a igualdade de direitos. A despeito dos desafios que se apresentam para toda a população indígena, são as mulheres que enfrentam os maiores desafios. O que demonstra que a leitura interseccional das políticas públicas de saúde existentes é fundamental e urgente.

Assim, espera-se, ao final do desenvolvimento da pesquisa, apresentar uma ferramenta de análise interseccional que possa ser aplicada na avaliação de políticas públicas, com foco na promoção de justiça social e redução de iniquidades que eventualmente possam ser aprofundadas por meio de políticas que não observem a soma de marcadores de desigualdade que produzem efeitos no campo social.

A metodologia escolhida tem por intento fazer profundas reflexões sobre o tema, de modo que formuladores e avaliadores de políticas públicas possam estar atentos a aplicação de lentes decoloniais e interseccionais com foco na produção da justiça social, mesmo em políticas amplas e que não possuam natureza redistributiva.

REFERÊNCIAS

ALLEBRANDT, S. L.; PREDIGER, R. Escopo Metodológico. In: ALLEBRANDT, S. L.; TENÓRIO, F. G. (orgs). **Controle social de territórios: teoria e prática**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2018, v. 2, p. 29-44.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. O método nas Ciências Sociais. In: ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. p. 107-188.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência. Política*, 2013, (11): 89-117. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República, et al. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, v. 2, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/downloads/guiaexpost.pdf/view>. Acesso em 15 jul. 2024.

CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília, DF: Unifem, 2002.

CRENSHAW, K. Desmarginalizando a intersecção entre raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina da antidiscriminação, da teoria feminista e da política antirracista. Trad. Larissa Latif. In: BAPTISTA, M.M.; CASTRO, F. **Gênero e Performance: textos essenciais 2**. Coimbra: Gráfico Editor, 2019.

IV SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS
DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

V SIDETEG

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE
IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA



11 A 14 DE NOVEMBRO DE 2024

PROMOTORES:



PARCEIROS:



APÓIO:



CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Trad. Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007.

FERNANDES, E.R. Um debate sobre feminismos decoloniais e suas repercussões para pesquisas em povos indígenas no Brasil. **Revista Ártemis**, vol. XXVIII nº 1; jul-dez, 2019. pp. 38-51. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/45286/28987>. Acesso em: 09 set. 2024.

GROSGOUEL, R.; MIGNOLO, W. Intervenciones Descoloniales: una breve introducción. **Revista Tabula Rasa**, 2008 (9): 29-38. Disponível em: <https://doi.org/10.25058/20112742.337>. Acesso em: 12 ago. 2024.

LACERDA, G.G.M. Apresentação. **Guia para Avaliar Políticas Públicas: E quando a política está em andamento? Avaliação ex post!** Vitória, ES: Instituto Jones dos Santos Neves, v. 4, 2018. p. 5. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1330165/E_quando_a_politica_esta_em_andamento_-_Avaliacao_ex_post.pdf. Acesso em 15 jul. 2024.

MEDEIROS, R.S. Interseccionalidade e políticas públicas: aproximações conceituais e desafios metodológicos. In: PIRES, R. R.C. (Org.). **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas.** Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

PREDIGER, R. P.; SCHERER, L.; ALLEBRANDT, S. L. **Hermenêutica de profundidade e suas possibilidades metodológicas: um levantamento bibliométrico da produção científica com essa metodologia.** *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, (enero-marzo 2018). Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/cccsc/2018/01/hermeneutica-produccion-cientifica.html>. Acesso em: 18 jun. 2024.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, C. *Políticas Públicas: uma revisão de literatura.* Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Tradução do Grupo de Estudos sobre Ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VERONESE, M. V.; GUARESCHI, P. A. **Hermenêutica de profundidade na pesquisa social.** Disponível em: [revistas.unisinos.br > index.php > ciencias_sociais > article > view](https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view). Acesso em: 17 jul. 2024.